

Mulher deve votar em mulher?

Compromisso com políticas sociais, aumento da bancada feminina no Congresso e nas Assembléias, interesse por projetos de lei que defendem os interesses da mulher. Esses são pontos abordados pela professora de Ciências Políticas da UnB, Lúcia Avelar, e pela diretora da Cepia - Cidadania, Estudo, Pesquisa, Informação e Ação -, Jacqueline Pitanguy, para avaliar as eleições 98 em relação à questão de gênero. Em pauta a discussão sobre o voto feminino. Mulher deve votar em mulher?

É bom lembrar que ainda é pequena a presença das mulheres na elite política no Brasil. Elas não passam de 13,4% se contados todos os cargos de represen-



mujer fempress nº 142

tação dos executivos e legislativos. No Congresso Nacional, hoje existem 5 senadoras para 76 senadores e na Câmara, somos 37 deputadas para 476 deputados.

O TSE - Tribunal Superior Eleitoral - ainda não divulgou oficialmente o número de mulheres candidatas à Câmara Federal, ao Senado e às Assembléias Estaduais, mas já sabemos que neste ano só existe uma mulher disputando a Presidência da República, Tereza Ruiz, do PTN. Para o Governo de Estado, o número de candidatas cresceu comparando com a última eleição. De 4 passou para 12 candidatas. (Págs. 8 e 9)

Mulheres da floresta

No dia 12 de agosto foi realizada na Comissão de Assuntos Sociais do Senado uma reunião para discutir temas relacionados às Mulheres da Floresta. Participaram ONG's, órgãos públicos e a Embaixada dos Estados Unidos. O encontro foi organizado pelo MAMA (Movimento Articulado das Mulheres da Floresta) e contou com o apoio do CFEMEA. Em dezembro será realizado no Acre o I Encontro Internacional das Mulheres da Floresta. Nesta edição, a senadora Marina Silva (PT-AC) explica quem são as mulheres da Floresta, o que querem e quais são os seus sonhos. (Pág. 6)



Senadora Marina Silva (PT-AC)

Campanha do CFEMEA na TV

A campanha dos "Direitos das Mulheres" do CFEMEA começa a ser veiculada nas emissoras de Televisão.

É um comercial de 30 segundos que conta com a participação de atrizes, modelos e jornalistas usando a camiseta com os dizeres "Direitos das Mulheres" em oito idiomas. A trilha sonora do comercial é do compositor e cantor, Milton Nascimento, "Maria, Maria" adaptada ao som do rap. As camisetas serão vendidas em grandes lojas de Departamentos a um preço de R\$ 16,00 nos modelos básica e baby look. (Pág. 3)



Cantora Débora Blando

2 Direitos Reprodutivos

4 AIDS x Genebra

12 Casa Abrigo

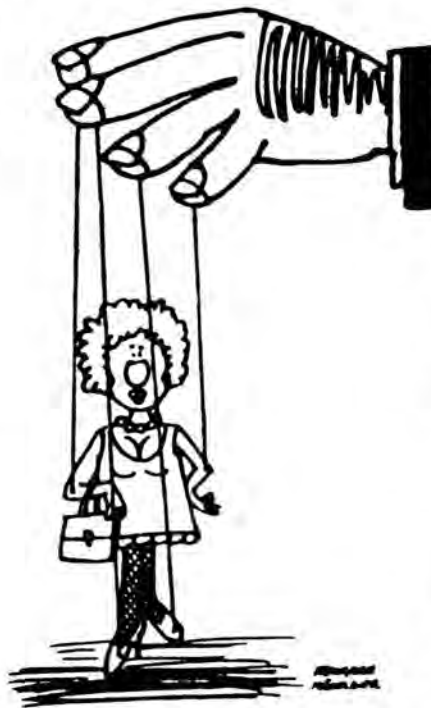
Editorial

Alegria e tristeza nesta edição do Fêmea. A perda da nossa amiga Angela Borba, militante política e feminista, nos deixou de baixo astral, mas a lição de garra e força deixada por ela nos faz retomar a vida e seguir adiante em mais uma batalha: as eleições 98 no Brasil. Vamos escolher agora deputados(as), senadores(as), Presidente da República, Governadores(as) e deputados(as) estaduais. Uma eleição significativa para nós mulheres que representamos hoje, no país, quase a metade do eleitorado (cerca de 50 milhões). E, aproveitando o momento, andamos discutindo por aqui se a mulher deveria votar em mulher. O assunto virou polêmica e a professora de Ciências Políticas da Universidade de Brasília, Lúcia Avelar, e a diretora do CEPIA, Jacqueline Pitanguy, falam sobre o assunto nesta edição. É bom lembrar que ainda é pequena a presença das mulheres na elite política. No Senado, existem 81 senadores e apenas 5 são mulheres. Na Câmara dos Deputados são 476 homens para 37 mulheres. E por falar em mulheres e política, a senadora Marina Silva (PT-AC) está organizando junto com o MAMA (Movimento Articulado das Mulheres da Amazônia) o I Encontro Internacional das Mulheres da Amazônia, que acontecerá no Acre em dezembro. Um novo tema para nossa agenda. Segundo a senadora, as mulheres da Amazônia estão surgindo com uma nova compreensão da condição feminina que além de política e social é também ecológica.

E, para finalizar, anunciamos que a nossa campanha sobre "os direitos humanos das mulheres" começa a ser veiculada na TV a partir do final do mês. O comercial de 30 segundos foi gravado com várias atrizes, jornalistas e modelos. Está lindo. Ainda nesta edição, trazemos informações sobre a "Campanha nacional e o pacto comunitário contra a violência intrafamiliar" lançada em Brasília, em julho, pelas agências das Nações Unidas no Brasil e Ministério da Justiça - Secretaria Nacional de Direitos Humanos. Até,

Direitos reprodutivos ameaçados

maijer fempress n° 156



Kemle Semerene Costa*

Mais uma vez o poder legislativo sofre interferência de um dos setores mais retrógrados da Igreja Católica, contribuindo, negativamente, para as questões voltadas aos direitos sexuais e reprodutivos.

Recentemente, foi aprovado pela Câmara Municipal de Anápolis - GO, o projeto de lei nº 033/98, proibindo a distribuição, venda, implantação ou propaganda do dispositivo intra - uterino (DIU) e de qualquer outro dispositivo ou substância abortivos, como a "pílula do dia seguinte", pelo Centro Integrado da Mulher (CIM) e demais órgãos da prefeitura ligados à Saúde Pública (SIC).

O artigo 2º estabelece que qualquer exposição sobre planejamento familiar oferecida pelo CIM deverá contar com a apresentação do método de Billings feito por um casal que o use, indicado pelo Pró - Vida de Anápolis,

segmento da Igreja Católica que, continuamente, vem desrespeitando as mulheres em seus direitos sexuais e reprodutivos, o que evidencia a referida interferência.

Graças à intervenção de profissionais de saúde e setores organizados da sociedade local, o projeto de lei nº 033/98 foi vetado pelo prefeito Adhemar Santillo.

No entanto, o veto poderá ser derrubado quando for submetido à nova apreciação da Câmara Municipal, onde a proposta teve origem.

Tomando ciência dos acontecimentos, o Grupo Transas do Corpo iniciou um trabalho de sensibilização junto aos vereadores anapolinos, envolvendo as demais ONGs pertencentes à Rede Nacional Feminista de Saúde e Direitos Reprodutivos, no intuito de manifestar seu repúdio ao projeto de lei e levar melhores esclarecimentos a respeito do tema em votação.

A exemplo da implantação do serviço de aborto previsto em lei no SUS/GO, as mulheres, no caso as anapolinas, correm o risco de perderem mais um de seus direitos adquiridos: conhecer, escolher e usar o DIU, especialmente, quando oferecido em um rol de outros métodos, todos preconizados pelo Ministério da Saúde, através do Programa de Assistência Integral a Saúde da Mulher (PAISM).

Esperamos que as manifestações do movimento feminista possam contribuir para a garantia dos direitos reprodutivos das mulheres de Anápolis, pois o contrário significaria um retrocesso no âmbito de saúde pública, não só naquele município, mas no Brasil como um todo.

(*)Kemle Semerene Costa - nutricionista, Sanitarista, Membro Fundadora do Grupo Transas do Corpo - GO.

CFEMEA - CENTRO FEMINISTA DE ESTUDOS E ACESSORIA
SCN Ed. Venâncio 3000, Bl. "A" sala 602 - 70718-900 Brasília, DF - Telefone: (061) 328-1664 Fax: (061) 328-2336 E-mail: cfemea@tba.com.br Home Page: <http://www.tba.com.br/pages/cfemea>

Programa DIREITOS DA MULHER NA LEI E NA VIDA
Equipe responsável: Gilda Cabral, Guacira César de Oliveira, Ílris Ramalho Cortês, Malô Lopes e Sônia Malheiros.
Conselho Consultivo: Parlamentares: Deputadas Fátima Pelaez, Jandira Feghali, Laura Carneiro, Maria Elvira, Marli Guimarães, Marta Suplicy, Rita Camata, Zulaiê Cobra. Deputados Eduardo Jorge, Fernando Gabeira, Fernando Lira, José Genoíno, Miguel Rosseto, Miro Teixeira, Régis de Oliveira. Senadoras Benedita da Silva, Emilia Fernandes. Senadores Ademir Andrade, Lúcio Alcântara, Roberto Freire. Feministas: Albertina Costa, Ana Alice Alcântara Costa, Ana Maria Rattes, Elizabete Oliveira Barreiros, Flórisa Verucci, Heleith Saffioti, Jacqueline Pitanguy, Leilah Borges Costa, Maranh Régia, Margareth Arilha, Maria Amélia

Teles, Maria Aparecida Shumaker, Maria Berenice G. Delgado, Maria Helena Silva, Neir Goulart, Sônia Correia, Sueli Carneiro.
Comitê de Especialistas: Álvaro Villaga, Denise Dourado Dora, Elizabeth Garcez, Leila Linhares, Maria Bethânia Melo Ávila, Paola Cappellin Giuliane, Sílvia Pimentel, Vera Soares
Equipe CFEMEA: Adriano Fernandez Cavalcante, Almira Correia de Caldas Rodrigues, Cláudia Almeida Teixeira, Cosmo Ribeiro de Sousa, Edna Maria Cristina Santos, Gilda Barbosa Cabral de Araújo, Glaci do Carmo Bren de Andrade, Guacira César de Oliveira, Ílris Ramalho Cortês, Malô Simões Lopes, Mirla de Oliveira Maciel, Sônia Malheiros Miguel.
Assessoras Parlamentares: Alice Libardoni, Dyana Yzabel Azevedo Dias, Maria Goreti Aleixo.
Jornalista Responsável: Edna Maria Cristina Santos
Composição e Arte Final: Adriano Fernandez Cavalcante
Impressão: Athalia Gráfica e Editora Ltda - Brasília-DF
Apoio: Fundação Ford, Fundação MacArthur, NOVIB, UNIFEM e FNUAP

Campanha do CFEMEA na televisão

A partir de agosto a campanha do CFEMEA será veiculada nas principais emissoras de televisão. O comercial de 30 segundos foi gravado com a presença de atrizes, modelos e jornalistas que se dispuseram a fazer o trabalho gratuitamente. Participaram do comercial profissionais como as atrizes Eva Wilma, Isabel Filardis, Patrícia Pillar, Milla Christie, Elke Maravilha, a jornalista Sílvia Popovic, a modelo Milene Domingues, entre outras.

A trilha sonora do comercial é do compositor e cantor Milton Nascimento, "Maria Maria", adaptada ao som do rap e gravada pelas "Damas do Rap". O circo foi o tema escolhido para as filmagens. Representa o espaço onde as mulheres, protagonistas de suas histórias, atuam como equilibristas e malabaristas para se estruturar numa sociedade que insiste em discriminá-las. A filmagem, realizada em São Paulo, foi acompanhada pela socióloga Guacira Cesar



Cantora Débora Blando.

de Oliveira, do colegiado do CFEMEA.

A campanha do CFEMEA já está sendo apresentada nas principais revistas de circulação nacional. São fotos publicitárias com artistas, jornalistas e modelos vestindo a camiseta com a mensagem "Direitos das Mulheres", escrita em oito línguas (português, francês, alemão, inglês, espanhol, italiano, árabe e japonês). Para marcar a campanha na mídia, estão sendo utilizadas as frases "Se você é mulher, vista-se como tal", "Compre uma camiseta que sua filha vai herdar", "Compre esta ca-

miseta. Na dúvida, siga a sua intuição de mulher".

As camisetas começam a ser vendidas no final do mês de agosto, em grandes lojas de departamentos. Serão dois modelos de camisetas: classic (básica) e fitness (estilo baby look - acinturada), nas cores branca e preta. O preço da camiseta é R\$ 16,00.

Ela é uma estrela

*"Somos mulheres
Mulheres guerreiras, mulheres Dianas
Adeptas a todas as religiões
Lutamos pela história
E nossos nomes foram esquecidos como
um pôr-de-sol
Sendo uma Joana d'Arc ou uma Nossa Senhora
Lutamos pelo que acreditamos
Comemos maçãs porque assim estava escrito
Se fossem pêras também comeríamos,
Nos tiraram da luta, pois temiam perder.
Nosso conhecimento atravessou gerações
E fomos queimadas em fogueiras
Nunca voamos em vassouras
Mas gostaríamos de tê-lo feito
Nos oprimem e nos reprimem
Somos um inimigo maquiavélico
Pois sabemos o ponto fraco do inimigo
Começamos a juntar exércitos
Quando queimamos sutiãs
Não nos importa o que digam
Prolongaremos a espécie
Pois também Deus pecou
Quando não deu asas às cobras."*

Clarice Costa Pinheiro (13 anos)

Nossa homenagem e carinho para Angela Borba, historiadora, militante feminista que morreu aos 45 anos em decorrência do rompimento de um aneurisma cerebral. Deixou um filho de 16 anos, Miguel Sá, de seu casamento com Jair de Sá.

Angela foi uma das fundadoras do PT - Partido dos Trabalhadores - no Rio de Janeiro e criou os grupos de pesquisa de apoio às mulheres. Foi também membro do Conselho dos Direitos da Mulher do Estado e coordenadora da Secretaria Nacional de Mulheres do PT. Atualmente trabalhava como assessora da Liderança do PT na Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, era diretora da Organização *Ser Mulher* do Rio de Janeiro e integrante da Rede Nacional de Saúde e Direitos Reprodutivos. Foi suplente de vereador pelo PT do Rio por duas vezes. Em 1994 concorreu a uma vaga na Assembléia Legislativa.

"Sua breve existência com tão intensa atividade foi marcada pela busca da igualdade entre classes, sexos e raças", afirmou o ex-vereador petista e também historiador Chico Alencar.



Angela Borba

Arquivo CFEMEA

Sobrou prá nós

Djanira Ribeiro*

A 12ª Conferência Mundial de AIDS realizada em Genebra, de 28 de junho a 3 de julho, foi organizada pela UNAIDS - programa das Nações Unidas que reúne seis organizações: UNICEF (Fundo das Nações Unidas para a Infância), UNDP (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), UNFPA (Fundo de população), UNESCO (Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura), e Banco Mundial – e por outras grandes organizações ligadas à AIDS que reúnem cientistas, pesquisadores, ativistas, pessoas vivendo com HIV/AIDS, e o Governo da Suíça e de Genebra.

Foi patrocinada por grandes laboratórios farmacêuticos que desenvolvem pesquisas, fabricam e comercializam medicamentos, desenvolvem tecnologias para exames e monitoramento clínico, e estão empenhados nas tentativas de produzir a vacina contra AIDS.

Com o tema “Bridging the Gap”, a Conferência se propunha a ser uma ponte entre o otimismo proclamado há 2 anos na Conferência de Vancouver, com as medicações antiretrovirais e a imensa escala da pandemia que será o foco da próxima Conferência em 2000 em Durban, África do Sul – 1ª Conferência a se realizar no Sul. Bridging the Gap aponta ainda, para a necessidade urgente de diminuir o fosso existente entre o Norte e o Sul que hoje se expressa principalmente pela extensão e disseminação do HIV entre as populações dos países “não desenvolvidos”, a falta de assistência médica e de medidas eficazes de prevenção e, pela impossibilidade dos ditos países terem acesso aos recursos da terapia medicamentosa atual – os antiretrovirais e os inibidores de protease - dado o seu alto custo. Reuniu em torno de 12 mil pessoas que de várias formas estão envolvidas com a questão da AIDS em todos os continentes: pessoas vivendo com HIV; cientistas pesquisadores; políticos; médicos; militantes em luta contra a disseminação do Vírus, e contra as formas de discriminação denunciando questões políticas, sociais, econômicas, raciais, que apenas elucidam mais ainda o perfil da distribuição das riquezas e privilégios em nosso planeta; artistas; terapeutas; curandeiros; gays; mulheres.

Os dados continuam alarmantes. O HIV continua se espalhando pelo mundo, numa média de 16.000 novas infecções por dia, o que significa 5, 8 milhões de novas infecções só no ano de 1997 (sendo 2,1 milhões de mulheres). Ao todo, temos 30,6 milhões de pessoas vivendo com HIV. (Destes, 12,2 milhões são mulheres e 1,1 milhão crianças com menos de 15 anos de idade) Cerca de 90% das pessoas infectadas, vivem nos países pobres da África, Ásia, América Latina.

Que poder é este?

Numa leitura da 12ª Conferência Mundial de AIDS, podemos identificar 3 grandes poderes: O Capitalismo, representado pelos grandes laboratórios que são os principais financiadores da conferência e lá estavam presentes de forma ostensiva; a Ciência, com as mais recentes produções em torno da disseminação, estrutura, e desenvolvimento do vírus, ações dos medicamentos, pesquisas para produção de

vacinas; o Poder Gay, com sua força organizativa, a garra contestatória e reivindicativa.

Estes 3 poderes são o “Poder Masculino”:

O interessante nesta aliança explicitada pela AIDS, é que estes poderes têm uma unidade e, desta vez o “fim da linha”, representada pela marginalidade que sempre esteve relacionada ao Gay (veado, bicha, etc.), é também o grande poder econômico, o poder político, o grande cientista, o médico, o pesquisador de renome, o intelectual que pensa as grandes questões políticas e sociais e que assume papel central na cena. E o soropositivo, ou a pessoa vivendo com HIV/AIDS é também ministro de estado, cientista, o pesquisador, o “grande capitalista”; o avô, agora já é a avó, tio, irmão, irmã, esposa, o artista, a artista, o bebê que já pode nascer contaminado, o operário, camponês, índio, o Japão, Filipinas, Índia, África num só padecimento, Brasil (terra do futebol e do samba, abençoada por Deus e pela Natureza, 2º país do Ocidente em nº de pessoas contaminadas...), Estados Unidos, Europa, de Leste, de Centro e de todas as direções, até mesmo Rússia União Soviética...

Como a representação pictórica do símbolo do oroboro, a cobra que engole o próprio rabo, e representa o Universo, formando um círculo sem começo nem fim: a criação é engolida pela criatura, a convivência de opostos aparentes...

O feminismo ausente

Neste cenário, as mulheres enquanto força/movimento organizado estão ainda de fora. O feminismo não estava presente na 12ª Conferência de AIDS. No entanto, é cada vez mais evidente a “feminização” da AIDS em todo o planeta. No Brasil, a relação de homens para mulheres contaminadas com HIV já é de 4 para uma. As mulheres, são mais vulneráveis à contaminação por HIV, tanto por particularidades anatômicas quanto por desigualdades nas relações de gênero que as colocam em muitas desvantagens.

A feminização da epidemia traz algumas questões cruciais: a transmissão vertical (contaminação do feto durante a gravidez, o parto, ou durante a amamentação). Mesmo com a diminuição do risco de contaminação para níveis considerados muito baixos, com a administração de antiretrovirais na mãe, e no bebê durante estas fases, questiona-se o risco que isto poderia estar causando à saúde das mulheres. O HIV/AIDS, coloca exigências específicas para o atendimento à Saúde da Mulher e especialmente nos períodos de gestação, parto e pós-parto. Também a questão da reprodução, contracepção, aborto, que demandam estudos e condutas específicas. A relação entre HIV e fertilidade. E quanto às terapias de reposição hormonal.. O suporte às mulheres vivendo com HIV e suas famílias. Certamente estes grandes desafios colocam novas e urgentes questões para o movimento de mulheres..

Até então a questão da saúde feminina centrada diretamente na reprodução: direitos reprodutivos é o tema; mas a inserção da AIDS enquanto direitos reprodutivos é já consenso em ONG, organismos financiadores. E mesmo muitas Instituições, grupos, feministas trabalham com a questão da AIDS, com produções significativas (análises, estudos

continuação...

epidemiológicos, práticas de intervenção em trabalhos educativos, produção de material educativo em geral). O tema da Conferência traz também esta necessidade de construir uma ponte entre o poder gay e homossexual masculino e o poder das mulheres, do feminismo. Até quando estaremos permitindo por exemplo, que as pesquisas em torno da AIDS se dêem sem a intervenção do saber já acumulado pelas mulheres no confronto com a medicina patriarcal? A enorme luta pela Saúde e Direitos Reprodutivos, quando e como incluirá a AIDS? Quais as reivindicações?

AIDS como construção social, portanto uma "questão de gênero", aponta para um modo de vida determinado. Falar de AIDS é falar de sexo. AIDS embora seja também Doença Sexualmente Transmissível, é muito mais que isso. Hoje ainda, a AIDS está matando muita gente. Desde o início da epidemia AIDS já matou quase 4 milhões de mulheres e 2, 7 milhões de crianças. As características iniciais do surgimento da AIDS como doença dos homossexuais masculinos certamente é um forte argumento para a ausência das mulheres enquanto movimento organizado. Não que isto queira dizer que também não seja uma construção do feminino em nossa sociedade. A AIDS explicita a relação sexual centrada no

modelo papai x mamãe em nossa sociedade, no modelo da família patriarcal (a pandemia da AIDS, como imagem da pandemia da família autoritária, das lutas sexuais que predominam em nossa sociedade como modelo de relação sexual e amorosa : a célebre fórmula mãe dominadora x pai ausente parece ainda ser válida como uma categoria que permite compreender determinadas realidades do mundo subjetivo e intra-psíquico).

Sei que pode parecer estapafúrdio dizer que o poder gay é filho/pai/parceiro/irmão do patriarcado e do modelo masculino e machista predominante nas relações sexuais, em que o centro do poder formal está com os homens. A curtição do prazer entre homens, sempre vivido no social, na política, nos bares, na ciência, no militarismo, na linha de produção nas fábricas, sindicatos, etc., é também vivido no sexo, na cama, mudando mesmo a cara das sagradas instituições, como o matrimônio, a jurisprudência.

Este talvez seja por ora, "O" grande poder hegemônico no planeta terra. E nesse, as mulheres estão ainda por fora. Mas, sobrou prá nós – e temos de encarar este desafio e lidar com mais esta criação.

(*)Djanira Ribeiro - analista Reichiana e integrante do NUS - Núcleo de Sexualidade e Saúde do Distrito Federal.

As parteiras

Suely Oliveira*

Quando se fala em parto, nada mais justo que nós, mulheres, tenhamos o direito de escolher como parir, pois, o parto é o momento mais evidente da individualidade de cada ser.

A maneira de parir deve ser uma escolha da mulher, assim como deve ser a decisão de ser ou não mãe. Seremos atrizes de nosso próprio espetáculo, desde o momento em que decidimos produzi-lo, até o aplauso final. E por muito tempo essa cena nos foi roubada. Passamos de atrizes principais a coadjuvantes, de um ato para o outro.

Pensando nessa função feminina, e nos profissionais envolvidos nesse processo, o Cais do Parto, ONG pernambucana que trabalha com direitos reprodutivos e sexuais, dando ênfase a humanização do parto e do nascimento, e que coordena a Rede Nacional de Parteiras Tradicionais, realizou no mês passado, no Amapá, em parceria com o governo daquele estado, o 1º Encontro Internacional de Parteiras da Floresta.

O Encontro reuniu ao todo 400 participantes, 300 parteiras tradicionais do Norte e Nordeste e profissionais de saúde de todo o Brasil e do exterior, representando diversas entidades como a Febrasgo, Unicef, Parlamento Europeu, Ministérios da Saúde e do Trabalho, secretarias de saúde estaduais e municipais, universidades, ONGs feministas e países que já desenvolvem trabalho com parteiras como a Costa do Marfim, Canadá, França, Guiana Francesa e Alemanha.

O objetivo foi, entre outros, integrar a ciência o e saber milenar das parteiras como busca para uma nova forma de repensar o atendimento à saúde da mulher e a realização do parto, além de visibilizar o trabalho dessas parteiras e lutar pelo reconhecimento profissional.

A metodologia aplicada no Encontro constou de

oficinas, mesas de debates, mini-conferências e reuniões onde profissionais da área de saúde e parteiras, juntos, discutiram encaminhamentos para mudar o atual quadro da obstetrícia no Brasil, que "elevou" o nosso país a campeão mundial de cesáreas. Para se ter uma idéia, segundo dados do Conselho Federal de Medicina, são realizadas por ano, 558 mil cirurgias cesarianas desnecessárias, quando apenas 15% das mulheres grávidas podem vir a precisar desse tipo de cirurgia.

As propostas encaminhadas durante a plenária final, trataram do reconhecimento legal da profissão de parteira, que hoje trabalham sem remuneração (apesar de pouquíssimas receberem pelo SUS por cada parto realizado à domicílio). Outras propostas, giraram em torno da implantação de casas de parto e incentivo ao parto domiciliar, com parteiras capacitadas; formação de associações; alfabetização das parteiras e outras, objetivando a melhoria da qualidade de vida e trabalho dessas mulheres, que em todo o Brasil chegam a 60 mil.

Segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde), apenas 10% dos partos precisam realmente de intervenção médica, o que mostra que gravidez não é doença e, portanto, não deve ser tratada como tal. Esse encontro de parteiras também traz à tona a discussão de que a mulher pode e deve exercer seu papel social enquanto ser e reprodutora.

Além desse encontro, a Rede Nacional de Parteiras Tradicionais realizou, em 96, o Encontro de Parteiras Tradicionais de Pernambuco. Dando continuidade a estratégia da Rede, em 99, no Maranhão, haverá o encontro Norte/Nordeste, para formulação do Projeto de Lei Federal, visando a oficialização da profissão de parteiras, que será apresentado no ano 2000, em Brasília, quando parteiras de todo o País devem se encontrar.

(*) Suely Oliveira - integrante do grupo Cais do Parto.

Mulheres na amazônia

a intimidade exposta

Marina Silva*

Muitas pessoas, especialmente aquelas ligadas aos movimentos femininos, me perguntam sobre a situação da mulher na Amazônia. Confesso que tenho uma enorme dificuldade de falar sobre esse assunto. Simplesmente porque não me parece adequado descrever a situação da mulher na Amazônia usando os mesmos termos de outros ambientes: números sobre a violência, níveis de emprego, diferenças salariais em relação ao homem, coisas que são importantes mas que, a meu ver, não são suficientes para traduzir esse "outro mundo" que a Amazônia guarda. Sinto, portanto, uma necessidade de dar ao menos uma vaga idéia do ambiente cultural amazônico para que, nele, a condição feminina possa ser melhor compreendida.

Atualmente, o traço que considero mais marcante no ambiente amazônico é a sua exposição. Depois de cem anos de solidão, a Amazônia Ocidental foi aberta ao mundo. Muita gente ouviu falar desse "descobrimento" com a repercussão internacional do assassinato de Chico Mendes. O tratamento dado pela imprensa ao assunto colocou na consciência coletiva uma série de imagens pouco conhecidas, desconexas e quase incompreensíveis: sindicalistas, ecologistas, madeireiros devastadores, seringueiros revoltados, governos fracos e coniventes com o crime, polícias desarmadas, interesses estrangeiros não identificados. Pouca gente soube perceber, por trás dessas imagens, a realidade vivida pelas pessoas de carne e osso. Pouca gente pode conhecer as idéias, o debate sobre desenvolvimento e natureza que estava acontecendo. Menos gente ainda conhece os sentimentos, os dramas, as esperanças e frustrações, o dia-a-dia nas comunidades dos chamados povos da floresta. Chico Buarque acerta quando diz: "a dor da gente não sai no jornal".

Só mesmo quem conhece a Amazônia "por dentro" pode compreender o significado e o tamanho da mudança que aconteceu nos últimos vinte anos. Imaginem o que foi aquele mundo durante um século: comunidades indígenas nas cabeceiras dos rios, famílias de seringueiros isoladas em "colocações" no interior da floresta, cidades pequenas e acolhedoras às quais se chegava apenas de barco ou nos aviões da FAB. Em vinte anos, a maioria da população mudou-se para as cidades, o desmatamento abriu enormes clareiras onde a floresta foi substituída por pastagens, a exploração de madeira foi intensa, as estradas rasgaram a floresta determinando novas rotas de colonização. Nas favelas que se formaram rapidamente ao redor das cidades, uma população desempregada e desenraizada encontrou um novo mundo diante da tela da televisão.

Com essas mudanças, as entranhas da velha Amazônia foram devassadas. Há uma espécie de novo faroeste tomando o lugar do antigo coronelismo patriarcal dos serin-

gais. Nas cidades, as velhas oligarquias políticas cedem lugar aos grandes cartéis que controlam empreiteiras, veículos de comunicação e transportes. Mas isso é, digamos assim, o cenário político e econômico. O que me parece essencial é a formação de um novo ambiente social e cultural no qual ocorrem os confrontos, convivências e adaptações de valores recentes ou antigos. Cada etapa da história da Amazônia corresponde a mudanças na distribuição da população. A etapa atual, de rápida urbanização, coloca em contato físico todas as experiências sedimentadas nas décadas anteriores. Mais que isso, coloca todas elas diante de uma "modernidade" fascinante e complexa, cruel e cheia de oportunidades, miserável e opulenta. O povo amazônico está diante de uma nova esfinge que repete o velho dilema: "deci-fra-me ou te devoro".

Para situar a condição feminina nesse ambiente é necessário vê-la nas etapas anteriores. A formação da família na Amazônia brasileira, especialmente na sua porção mais ocidental, teve uma particularidade marcante: a fase inicial da colonização foi feita apenas por homens. Milhares de nordestinos embrenhavam-se nas matas, onde ficavam isolados durante meses na extração de seringa. Viviam para a produção, num ambiente desconhecido e em guerra contra os índios, os bolivianos e peruanos. Somente aos poucos foram se formando as primeiras famílias, com a captura de índias nas aldeias dizimadas. Elas eram escravizadas e obrigadas a acasalar-se com seringueiros. Tam-

bém foram muitos os casos de compra de mulheres. Seringueiros que tinham saldo comercial com seus patrões podiam "encomendar" uma mulher, que seria trazida de Belém ou Manaus com outras mercadorias. É, talvez, a situação na história do Brasil em que a mulher foi colocada da maneira mais explícita na condição de objeto. Sem dúvida, um objeto valioso e disputado, um bem a ser cuidadosamente guardado.

A presença crescente das mulheres nos seringais, no entanto, modificou sensivelmente o ambiente. O barraco transformou-se em casa, o "rancho" virou refeição, a clareira ao redor da casa passou a ser o terreiro cheio de árvores frutíferas onde brincavam as crianças e criavam-se os animais domésticos. Coincidentemente, a crise da borracha provocou a diversificação na utilização dos recursos da floresta e, mais importante, permitiu o desenvolvimento da agricultura. Por fim, a natureza foi generosa em sua "vingança": as crianças do sexo feminino nasciam em maior número. Em duas gerações as mulheres tornaram-se maioria na população regional.

Nas comunidades remanescentes das populações indígenas, que aos poucos foram estabelecendo relações comerciais com seringais e cidades, as mulheres também ocupavam o lugar mais íntimo e preservado. Até hoje, nas aldeias mais distantes, poucas sabem falar português pois aos ho-



Senadora Marina Silva (PT-AC)

Arquivo FÊMEA

continuação...

mens cabiam as tarefas do contato com o mundo exterior.

Nas cidades predominou o patriarcalismo tradicional transplantado do nordeste brasileiro, embora atenuado pelas conquistas do século vinte, especialmente a instrução pública, que propiciou às mulheres o acesso a profissões como enfermeira, professora, secretária, balconista etc.

Penso que, de uma maneira geral, a condição feminina evoluiu de "bem a ser guardado" para a de "guardiã da intimidade". Nas comunidades da floresta isso fica mais explícito. Aos homens é possível destacar-se como trabalhadores produtivos, caçadores exímios ou comerciantes bem sucedidos. Mas são as mulheres que mais facilmente assumem as funções ligadas ao saber: parteiras, rezadeiras, artesãs. É claro que há muitas mulheres que fazem o trabalho tradicionalmente masculino com eficiência. Mas, de maneira geral, enquanto o trabalho do homem é profissão, o da mulher é condição. Nos dias atuais, isso não me parece uma inferioridade. Embora sejam fortes as marcas tanto do patriarcalismo geral da cultura brasileira quanto das particularidades da formação social amazônica, as mulheres construíram um saber diversificado e fortemente ancorado na capacidade de sobrevivência. Nesses tempos de urbanização, homens e mulheres da floresta estão igualmente deslocados, mas o que é condição sobrevive enquanto o que é profissão fragmenta-se e desaparece.

O lugar onde a condição humana amazônica, particularmente a feminina, enfrenta sua batalha decisiva é na periferia das cidades. É onde se dá a exposição, fora do ventre protetor da floresta. Nessa situação, a mulher é a intimidade exposta. Antes lavava a roupa e fazia a comida do marido e dos filhos, agora "lava pra fora" e cozinha na casa dos outros. Antes aguardava em casa que o marido chegasse com a caça, agora faz compras no mercado. Antes ensinava aos filhos, agora aprende com eles as regras e valores do novo mundo. Diante da televisão, está exposta a um universo simbólico tão diferente de seu saber tradicional que iguala-se às crianças na condição de aprendiz.

Na maioria das vezes, essa exposição acontece em condições miseráveis. A família constrói um barraco de um só cômodo em uma área inóspita e alagadiça, ocupando um terreno pequeno em que não pode plantar ou criar animais. Não há emprego para o homem, os idosos e as crianças adoecem, todos passam fome. Muitas vezes a família fragmenta-se e reagrupa-se de formas diferentes, com a presença de cunhados, primos e tios na mesma casa, ou seja, surgem novas combinações além da família nuclear típica. Não raro os jovens vão para outros lugares atrás de oportunidades. Perigos iminentes: o marido cair no alcoolismo, a filha prostituir-se, o filho roubar ou vender drogas. À mulher cabe, geralmente, o esforço para manter a família unida.

A violência contra a mulher é altíssima nesse ambiente. A quantidade de estupros noticiados nos jornais assusta ainda mais por representar uma minoria diante dos casos não noticiados. Os jornais tem páginas diárias e as emissoras de rádio tem programas exclusivos para a violência, onde são veiculados velhos preconceitos e estimulado um humor mórbido dirigido não apenas contra os "marginais" agressores mas também contra as vítimas.

As mulheres jovens estão particularmente expostas. Já foi amplamente noticiado o tráfico de menores para as áreas de garimpo. A prostituição de meninas é grande em

toda a região. Em Rio Branco, capital do Acre, em 30% dos partos feitos na maternidade pública as mães tem menos de 16 anos de idade. Nos anos de eleição, milhares de jovens são esterilizadas por médicos candidatos ou cabos eleitorais, que recebem o voto em troca do "benefício".

Apesar de tudo isso, não há motivo para pessimismo quanto ao futuro. Em toda a Amazônia existem experiências positivas em franco desenvolvimento. O quadro social e político tende a modificar-se pela emergência de novos projetos, entre os quais situo, com destaque, a Prefeitura de Rio Branco, na Administração do Partido dos Trabalhadores (93/96) e o atual governo estadual do Amapá, que se orientam pelo conceito de desenvolvimento sustentado e realizam um grande esforço na promoção da cidadania. Esses governos são parte de um movimento mais amplo, de uma resistência da população amazônica que reúne seringueiros, agricultores, trabalhadores urbanos e um grande número de organizações não-governamentais.

Nesse novo projeto para a Amazônia, a presença das mulheres é fundamental. Já havia, é verdade, uma parcela da população feminina, especialmente na classe média, que ocupava crescentemente os espaços profissionais e políticos. No movimento especificamente feminino, no sindicalismo, nos partidos políticos e nas profissões, as mulheres cresceram não apenas em número mas também na qualidade de seu trabalho. Mas faltava alguma coisa, um fundamento sem o qual esse crescimento não passaria de uma integração à urbanidade, uma conquista de espaço dentro de uma "modernidade" já superada, uma adaptação à sociedade patriarcal que pouco contribuiria para transformá-la.

O elemento novo, que vejo surgir com alegria, é a integração do movimento feminino com a luta por um desenvolvimento econômico e social que respeite a natureza da região. A partir da IV Conferência Mundial sobre a Mulher, realizada pela ONU, o debate sobre a condição da mulher está se desenvolvendo, na Amazônia, ainda que embrionariamente de forma concreta, a partir das organizações não-governamentais, dos projetos de desenvolvimento comunitários, dos sindicatos de trabalhadores rurais. No movimento indígena, por exemplo, existe uma forte valorização do artesanato, que é um trabalho predominantemente feminino. Nas reservas extrativistas as cooperativas incorporam cada vez mais a produção caseira, feita pelas mulheres. Os projetos de educação e saúde trabalham com a valorização de saberes e práticas das quais as mulheres da floresta sempre foram as principais guardiãs. Nesse contexto, o *MAMA - Movimento Articulado de Mulheres da Amazônia* surge, entre outras, como uma nova onda de luta e energia que merece ser fortalecida.

Isso é apenas o início de uma consciência que pode se ampliar. O importante, a meu ver, é que caminhamos para uma compreensão da condição feminina que não é apenas política ou social, mas principalmente ecológica. Somente assim poderemos superar não apenas o patriarcalismo que está na base da formação de nossa sociedade, mas o impasse entre civilização e natureza que está colocando em risco a própria existência da espécie humana. A natureza feminina, nesse caso, pode ser uma força de manutenção e renovação da nossa proposta de vida neste planeta.

Afinal, a Terra é feminina.

(*) Marina Silva - professora de História, Senadora da República (PT-AC).

O voto feminino

Lúcia Avelar*

No ano de 1988, uma parlamentar norte-americana do Estado de Michigan-USA me confessou: "eu jamais teria sido eleita se não fosse o voto das mulheres". Indaguei um pouco mais: "quais mulheres?" Ela me respondeu: "principalmente aquelas que participaram de movimentos, sejam de caráter comunitário, sejam feministas. A verdade é que é preciso que as mulheres tenham um mínimo de conhecimento de como a política pode resolver os problemas que afetam o seu cotidiano. Se isto não acontece, ela vota em quem lhe apresenta o melhor apelo do momento".

Essa experiente parlamentar, sabia o que falava. Conhecida por sua história acadêmica e de participação em vários movimentos sociais, cursos de formação política, defesa de interesses femininos nas mídias, ela foi alçada à representação política como um desdobramento natural de sua vida associativa. Conhecia, como ninguém, a força comparativa das mulheres organizadas. E, no final, soube usar o valioso arsenal de votos do colégio eleitoral feminino.

Os estudos sobre a participação da mulher brasileira na política também apontam um potencial de votos que as mulheres candidatas podem contar se respeitadas algumas condições que comentaremos a seguir.

1. *A origem política de sua candidatura.* Todos nós sabemos que nossas candidatas ou chegam à política através dos laços familiares ou por meio de sociedade organizada. No primeiro caso ela buscará seus votos por meio de um discurso de caráter geral, firmando-se na defesa de temas diversificados. As outras, ao expor o seu compromisso com os temas femininos, buscam seu apoio entre as mulheres que sabem, em algum grau, realizar um diagnóstico da vida política. Além disso, como temos mostrado em pesquisas anteriores, há uma parcela considerável do eleitorado feminino que é progressista e quer votar em quem efetivamente lhe representa. Assim, as candidatas que se originam da sociedade organizada, podem invocar esse eleitorado como fonte de apoio.

2. *O envolvimento com temas que constituem as necessidades primárias das mulheres.* Um exemplo. Ainda recentemente uma conhecida política brasileira comentou que não se via particularmente comprometida com os temas das mulheres porque, para ela, o importante era o bem-estar da população como um todo. É certo. Se um político tem um compromisso social real, ele estará comprometido com a melhoria de governos que atendam às necessidades da população, inclusive das mulheres. Mas, infelizmente, isso é apenas meia verdade. As mulheres têm necessidades muito específicas que se constituem o fulcro dos interesses das mulheres na política. No geral, quem agrega esses interesses ao

sistema político são as próprias mulheres.

3. *Uma atitude clara de defesa de políticas sociais que têm impacto sobre o cotidiano das mulheres.* Exemplos: instalação de creches públicas, seguras, que permitam às mulheres sair para o trabalho com tranquilidade, mudanças na legislação trabalhista que diminuam a discriminação salarial da mulher; programas de educação de mães que retirem da marginalidade cultural e educacional milhares de crianças e mães. Essas mães, diga-se de passagem, se melhor educadas, potencializariam os esforços dos programas escolares, já que se tem como evidente que mães mais educadas e que sabem dar valor à educação, influenciam positivamente

o desempenho escolar de seus filhos e cooperam com a sua permanência nas escolas. Esse é um item que deveria ser muito mais politizado do que foi até agora.

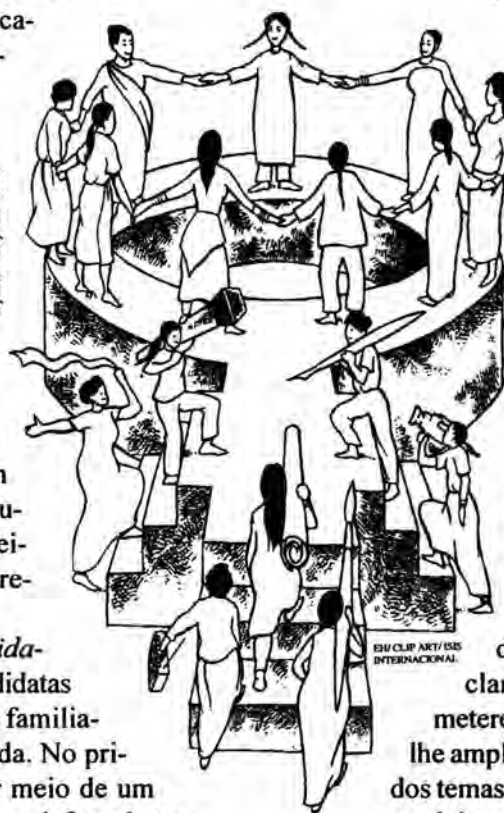
4. *Saber utilizar os meios de comunicação de massa para se dirigir ao público feminino.* Esse público é muito sensível às propostas políticas de melhorias que afetam o cotidiano familiar. Tomemos como exemplo a recente medida do governador de São Paulo, Mário Covas, de registrar as casas sorteadas no projeto *Sonho Meu* em nome das mães, garantindo aos filhos um teto, mesmo que ocorra a separação dos casais.

5. *As mulheres candidatas devem aprimorar a sua capacidade verbal para discutirem as suas propostas com a maior clareza possível. Sempre que possível, submeterem-se aos cursos de formação política que lhe amplie o campo dos argumentos para a defesa dos temas que eleger, capitalizando a confiança da sua eleitora. Usar toda sorte de informações para apresentar seus projetos com maior clareza. Deve, também, treinar-se para o trato com as mídias pois, nelas, a política tem um formato. Comunica-se melhor quem conhece tal formato. As mulheres devem saber disto e se prepararem.*

6. *Finalmente, as mulheres candidatas poderão contar com o voto das mulheres se souberem constituir lobbies que defendam os temas e a representação feminina. A palavra lobby deve ser entendida no seu significado alto, ou seja, a constituição de grupos de interesses transparentes que defendem focos coletivos de interesses.*

Se respeitadas as condições acima, as mulheres votam em mulheres. Ainda mais quando se tornar evidente que as mulheres sabem *politizar* os temas que expressam os interesses das mulheres na política e *despolarizar* a ação para a conquista dos mesmos, já que chegar à efetivação das políticas públicas que atendam às necessidades das mulheres é tarefa difícil e que deve superar as divisões partidárias. Como se pode depreender, mulher vota em mulher, mas isso é um processo de conquista.

(*) Lúcia Avelar - professora de Ciências Políticas da Universidade de Brasília - UnB.



especial imprensa 1996

Mulher deve votar em mulher?

Jacqueline Pitanguy*

A pergunta, assim colocada, suscita, de imediato, uma resposta negativa. Ao apoiarmos uma candidatura a um cargo eleitoral, devemos pautar nossa escolha pelas idéias e propostas do(a) candidato(a) e por suas características pessoais, tais como: responsabilidade, honradez e competência, que são encontradas tanto em mulheres quanto em homens. À primeira vista, melhor seria encerrar este texto, com o assunto esgotado em um parágrafo e ainda acrescentar que, em um país com tanta diversidade étnica e cultural e, tantas desigualdades sociais, seria melhor falar de mulheres, no plural. Creio, entretanto, que a questão é bem mais complexa. Quase todas as estatísticas que apresentam informações discriminadas por sexo estão, na realidade, indicando, através de números e proporções, a forma como homens e mulheres se relacionam em nossa sociedade, os valores que regem esta relação, as hierarquias e poderes ali incorporados. Neste sentido, é esclarecedor ver os dados relativos ao mercado de trabalho, onde a proporção de mulheres ocupando cargos de chefia é significativamente menor que a de homens ou, constatar que as mulheres ganham muito menos, por tarefas semelhantes e com níveis educacionais comparáveis.

Se formos analisar os dados relativos à presença da mulher no poder legislativo e em altos cargos do executivo, a diferença entre homens e mulheres é ainda mais gritante, indicando claramente, que no Brasil as mulheres têm sido, historicamente, alijadas das esferas de decisão política e, ainda o são. A sua identidade tem sido marcada ao longo dos séculos, pela vivência da exclusão do poder institucional. Assim, não é a mesma coisa votar em um homem e em uma mulher. Ao ser eleito, o homem permanece onde sempre esteve, no centro do poder. A mulher, ao ser eleita, entreabre uma porta. A diferença entre homens e mulheres, no Congresso Nacional, não é meramente numérica. Ela é política, pois reflete relações de poder.

O segundo complicador para uma questão aparentemente simples, nos remete à discussão sobre identidades masculinas e femininas. Será que, necessariamente, uma mulher é solidária com as questões das mulheres? Ou, serão as mulheres intrinsecamente melhores que os homens? Acredito que não. Muitas têm, inclusive, sentimentos de desconfiança quanto à competência de outras mulheres e, certamente,

não vivemos em uma sociedade dicotomizada entre homens perversos e mulheres bondosas. Construímos nossa humanidade com os mesmos instrumentos, enfrentamos desafios semelhantes, compartilhamos o mesmo mundo pelo qual somos igualmente responsáveis.

Afirmar nossas semelhanças não significa, entretanto, negar nossas diferenças. Não apenas em termos anátomo-fisiológico. Nosso corpo também reflete laços estruturais com a sociedade. As mulheres, tal como os homens, são diferentes entre si, em função da sua classe social, cor, etnia, nível educacional... Mas, também, tal como eles, são semelhantes, porque as relações de gênero refletem uma construção social do masculino ainda atrelada à idéia de domínio (mesmo no espaço doméstico) e do feminino na de subalternidade. Homens e mulheres são diferentes porque sua inserção social é diversa. Esta diversidade influencia suas trajetórias existenciais e suas percepções de mundo. Neste sentido, não é a mesma coisa votar em homens ou mulheres.

Será então possível falar de uma plataforma feminina ou devemos falar sempre de um projeto nacional? Creio que está na hora de sair do gueto. Afinal, quanto tempo mais será necessário para que se incorpore, em nossa cultura política, o fato de que questões levantadas preferencialmente por mulheres, são, de fato, questões nacionais? A violência doméstica e sexual, as discriminações no mercado de trabalho, questões ligadas a saúde reprodutiva, à educação e à infância, privilegiadas pelas mulheres e defendidas pelas bancadas femininas devem fazer

parte da agenda política nacional porque são questões básicas de cidadania e pilares de qualquer projeto democrático.

Para concluir minha resposta, diria que a mulher deve votar em função das suas afinidades políticas e da biografia pessoal do(a) candidato(a). Quando estas variáveis se equiparam, o apoio a uma candidatura feminina representa um passo adiante em direção a uma sociedade com uma representação política mais igualitária. Por outro lado, a bancada legislativa feminina tem sido fundamental na apresentação de projetos de lei defendidos pelas mulheres.

Fortalecer esta bancada certamente aumentará a possibilidade de que o legislativo incorpore nossas demandas ao discurso político nacional. Então, porque não votar em mulheres?

(*)Jacqueline Pitanguy - diretora da CEPLA e co-fundadora do Fórum da Sociedade Civil nas Américas.



Mulher Empress nº 107

Pacto contra a violência intrafamiliar

Campanha
pelos Direitos
Humanos
das Mulheres



No ano em que se comemora os 50 anos da Declaração Universal dos Direitos Humanos as agências das Nações Unidas no Brasil e o Ministério da Justiça lançam a Campanha Nacional e o Pacto Comunitário contra a Violência Intrafamiliar: "Uma vida sem violência é um direito nosso". O lançamento aconteceu em Brasília, no dia 23 de julho, na Organização Pan-Americana de Saúde. A campanha é um esforço da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos/MJ e das Nações Unidas para mobilizar a sociedade civil contra a violência que ocorre na família. A Campanha pretende chamar a atenção para a violência que ocorre na família, considerada uma espécie de território fora do alcance da lei. Pretende ainda estimular a geração de políticas e serviços específicos para proteção das vítimas prioritárias da violência intrafamiliar (mulheres, crianças, idosos e pessoas portadoras de deficiência).

O símbolo da Campanha foi feito pela artista plástica Tomie Ohtake. Duas linhas telefônicas e uma página na Internet (<http://www.opas.org.br>) estão à disposição para sugestões de como combater a violência intrafamiliar pelo telefone (061)321-7491 ou pelo fax (061)224-6398. Um documento foi elaborado com dados das agências das Nações Unidas e da Secretaria Nacional dos Direitos Humanos pela advogada Leila Andrade Linhares para subsidiar a Campanha.

Pacto Comunitário

O Pacto é a primeira iniciativa para enfrentar o problema da violência. A estratégia é envolver o maior número de entidades civis na Campanha. Oitenta entidades foram convidadas inicialmente para assinar um Termo de Adesão e buscar novos parceiros. No dia 25 de novembro deste ano todos assinam juntos o Pacto Comunitário pelo qual se comprometem a priorizar, entre as suas atividades, o combate à violência familiar.

Levantamento feito pelo BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento - divulgado este ano estima que os custos da violência na América Latina representam 14,2% do PIB dos países da região, o que significa cerca de US\$ 168 bilhões. O Brasil é apontado como o país que mais sofre com esse problema, perdendo cerca de 10,5% do seu PIB, o que

representa 84 bilhões de dólares anuais. O levantamento feito pelo BID considera que a violência doméstica incide sobre 25% a 50% das mulheres latino-americanas. Nesse sentido, o BID cita os efeitos negativos da violência doméstica sobre a saúde das mulheres e meninas que ficam impossibilitadas, face às agressões, de frequentarem respectivamente o trabalho e a escola.

A violência doméstica, sob a forma de violência física, sexual ou psicológica, aparece como uma das principais causas de sofrimento para as crianças. Dados do Estado de São Paulo indicam que no conjunto das 6.056 denúncias de violências reportadas ao Programa SOS Criança da Secretaria do Estado do Menor, de 1988 a março de 1990, 64% foram devidas à violência doméstica. Este tipo de violência explica em grande parte o abandono dos lares por crianças e adolescentes que vivem nas ruas.

Dados relativos ao ano de 1992 divulgados no documento do Grupo Parlamentário Interamericano sobre Pombalino y Desarrollo mostram que, no Brasil, entre janeiro de 1991 a agosto de 1992, foram registradas 205.219 agressões nas Delegacias de Mulheres em todo o país. Segundo esses dados, os crimes mais frequentes denunciados eram as lesões corporais - 26,2% - seguidos do crime de ameaça - 16,4%. As denúncias de crimes sexuais respondiam por 51,1% do total das agressões.

O Banco Mundial, em 1993, estimou os anos perdidos por homens e mulheres como consequência de diferentes causas, apontando que o estupro e a violência doméstica são causas significativas de incapacidade e de morte entre mulheres em idade reprodutiva, tanto nos países industrializados como nos países em desenvolvimento. Segundo o Banco Mundial, um em cada cinco dias de falta ao trabalho são decorrência da violência sofrida pelas mulheres em casa.

Estudo financiado pela Organização Pan-Americana de Saúde e da Organização Mundial de Saúde, em 1994, chama a atenção para o fato de que somente 2% dos casos de abuso sexual contra crianças, dentro da família, são denunciados à Polícia, e, devido ao constrangimento causado pelo estupro e pelos abusos sexuais, os dados sobre esses crimes são mais difíceis de serem pesquisados.

Por uma casa/mundo sem violência

*Almira Rodrigues**

Uma campanha de tal natureza tem importância singular, e expressa o reconhecimento de que as relações familiares e a casa não se constituem, como o campo e o lugar, por excelência, de acolhimento e de apoio humano, conforme o sonho de todos nós. Ao invés, têm se constituído e cada vez mais têm sido visibilizados como espaço de relações opressoras e discriminatórias, que se expressam sob a forma de relações e situações de violência física, sexual e psicológica. Às vésperas do novo século, temos, ainda, que despender esforços e criar a esperança de que é possível construir relações democráticas e fraternas, com base no diálogo, no respeito e na tolerância, não apenas no espaço público mas igualmente e, talvez, sobretudo, no privado.

Duas são as feições básicas da violência intrafamiliar: a primeira, a que os adultos (pai, mãe, responsável) praticam contra crianças e adolescentes, expressando abuso do poder parental, a qual deixa seqüelas irrecuperáveis, particularmente

quando se trata de abuso sexual, cujas vítimas são principalmente meninas e adolescentes do sexo feminino. A outra é praticada pelos homens na posição de (ex)maridos, (ex)companheiros e (ex)namorados contra as mulheres com as quais se relacionam ou se relacionaram, redundando, não raro, em morte dessas mulheres. Além dessas formas, destaca-se também a violência no âmbito doméstico/familiar, principalmente a de cunho psicológico, praticada contra portadores/as de necessidades especiais, contra idosos/as e contra homossexuais (gays e lésbicas).

O sucesso dessa campanha parece apontar para a capacidade de articular Estado, entidades da sociedade civil e indivíduos que se sensibilizam e lutam contra todo e qualquer tipo de violência intrafamiliar, construindo, assim, uma grande rede de solidariedade e de vontade pela construção de uma sociedade e de uma humanidade da qual todos possamos nos orgulhar.

(*)*Almira Rodrigues - socióloga e assessora técnica do CFEMEA.*



Sou cidadã, conheço meus direitos

A Mulher e os Direitos Políticos

O Capítulo IV de nossa Constituição fala dos Direitos Políticos: *"A soberania popular será exercida pelo sufrágio universal e pelo voto direto e secreto, com valor igual para todos..."* (Art. 14).

Através da política temos a maior arma para exercermos nossa cidadania: o voto. É através dele que escolhemos nossos dirigentes e nossos representantes em dois grandes poderes do país: o Poder Executivo: Governo Federal = Presidente da República, Governos Estaduais = Governadores e Municipais = Prefeitos; o Poder Legislativo: Senadores, Deputados Federais, Estaduais e Distritais e Vereadores. O terceiro Poder, o Judiciário, ainda não é escolhido pelo povo e sim pelo Poder Executivo, com a aprovação do Poder Legislativo.

Além desses poderes, temos outros, que também são políticos. Entre eles citamos o poder político de escolhermos ou sermos escolhidas representantes de nossa categoria profissional, como sindicatos ou associações, ou ainda cooperativas ou organizações não governamentais, como associações de moradores, clubes de mães, grupos de mulheres, associações de trabalhadores rurais, grupos de negros, de idosos, de homossexuais etc. A escolha de dirigentes deve ser feita através do voto.

A Constituição ainda autoriza, na área da seguridade social, a *"participação da população, por meio de organizações representativas, na formulação das políticas e no controle das ações em todos os níveis"*. (CF, art. 204, II). Assim, outra forma da participação política da comunidade é feita através de vários conselhos como Conselho de Saúde; Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente; Conselho de Educação; Conselho de Meio Ambiente etc.

Como vemos, são muitos nossos direitos políticos pois fazer política é a arte do bom conviver, de forma organizada e democrática, em casa, no trabalho e na sociedade. Assim, a política está em toda nossa volta.

Para que existam hoje os Direitos Políticos, o direito de votar e ser votado, escolher seus governantes e seus representantes, a sociedade lutou muito e, muito mais lutou a mulher que só depois de muito tempo é que conseguiu este direito. Antes, para ser eleitor era necessário ser rico, branco e homem. Pobres, negros e mulheres, não podiam votar. Nem os analfabetos. A luta das mulheres pelo voto teve início em 1850, quando surgiram as primeiras organi-

zações feministas e tomou impulso em 1917, com o movimento sufragista. Entretanto, só a Constituição de 1937 é que deu à mulher, o direito de votar e ser votada.

Hoje, nossa Constituição diz que o alistamento eleitoral e o voto são **obrigatórios** para os maiores de dezoito anos e **facultativos** (não é obrigatório mas pode) para os analfabetos; os maiores de 70 anos; os maiores de 16 e menores de 18 anos.

Os estrangeiros também não podem alistar-se como eleitores, nem as pessoas que estão no período do serviço militar, os conscritos.

Para se candidatar e poder ser eleito a qualquer cargo público existem condições estabelecidas na nossa Constituição:

- nacionalidade brasileira;
- estar em pleno exercício dos direitos políticos;
- ter o alistamento eleitoral;
- morar na mesma zona eleitoral;
- ser filiado em algum partido;
- ter a idade mínima de:
 - 35 anos para Presidente e Vice-Presidente da República e Senador;
 - 30 anos para Governador e Vice-Governador de Estado e Distrito Federal;
 - 21 anos para Deputado Federal, Estadual ou Distrital, Prefeito e Vice-Prefeito;
 - 18 anos para Vereador.

Em 1995, o Congresso Nacional, reconhecendo a pouca participação da mulher na política, aprovou uma lei, exigindo cotas para as candidaturas de mulheres, para a realização das eleições municipais de 3 de outubro de 1996.

Hoje, temos a Lei nº 9.504 estabelecendo que, *"Do número de vagas resultante das regras previstas neste artigo, cada partido ou coligação deverá reservar o mínimo de trinta por cento e o máximo de setenta por cento para candidaturas de cada sexo"* (Art. 10 § 3º), sendo que, para estas eleições o número de reserva para cada sexo é de, no mínimo, vinte e cinco por cento e, no máximo, setenta e cinco por cento do número de candidaturas que puder registrar (Art. 80).

Com as cotas esperamos que aumente o número de mulheres candidatas em todo o Brasil para que, em médio prazo, tenhamos nos poderes a metade de cada gênero da população brasileira como representantes do nosso povo.

A C O N T E C E



A mulher e seu corpo

“A mulher e seu corpo - magistério eclesiástico e renovação da ética” é o livro da irmã Zilda Fernandes Ribeiro, primeira doutora em teologia moral no Brasil. Na publicação, a autora tenta resgatar não só a presença da mulher na igreja mas a sua corporalidade de ser feminino feito de erotismo, sexualidade e beleza. No livro, a escritora também propõe à igreja católica o diálogo com a mulher de hoje superando a visão patriarcal e recuperando o direito das mulheres na igreja. O lançamento do livro vai ser no dia 31 de agosto e 2 de setembro na livraria Santuário e na Universidade Católica de Goiás, em Goiânia. Informações pelo telefone (062)291-6463.

Direitos humanos e mulheres negras

A instituição CRIOLA, conduzida por mulheres negras, lançou o AZÍZA - Programa de Direitos Humanos - que tem como objetivo promover a defesa jurídica nos casos de racismo e sexismo para mulheres negras. O programa é oferecido a mulheres e adolescentes negras do Rio de Janeiro. Se você foi discriminada ou sofreu alguma violência, faça contato pelo telefone (021)220-9819.



Mulheres médicas

O 24º Congresso Mundial da Associação Internacional de Mulheres Médicas acontece de 6 a 11 de dezembro, em Nairóbi, no Quênia-África. O tema oficial do Congresso é: “Investir na saúde das mulheres e de suas filhas”. Informações pelo e-mail mwia@ken.healthnet.org.

Guia para mulheres soropositivas

A ONG inglesa “The Terrence Higgins Trust” e a ONG “Positively Women” lançaram um guia para mulheres soropositivas e consta de orientações de como ter uma vida sexual tranqüila apesar do vírus. São abordados temas como: os caminhos que levam à transmissão do vírus, como se prevenir, informações sobre sexo oral, menstruação, doenças sexualmente transmissíveis, camisinha e gravidez. O livro trata também da relação com o parceiro e a decisão da mulher de contar se é

ou não portadora do vírus. Vários depoimentos sobre o assunto são relatados. A coordenadora do trabalho, Sue O’Sullivan, autora do livro - Positively Women - Living with AIDS - destaca que hoje ser soropositiva não significa o fim de uma vida sexual prazerosa e segura. E lembra até que, segundo pesquisas, o orgasmo é bom para ativar o sistema imunológico. Informações pelos telefones: DDI (0171)242-1010, 405-2381, 713-00222 - Londres.



mujer fempress nº 201

Casa abrigo

O Conselho Nacional dos Direitos da Mulher celebrou nove convênios com Estados/Municípios e Distrito Federal para a construção ou manutenção de Casas Abrigo a mulheres em situação de violência. Foram selecionados 12 projetos para serem contemplados em 1998. Destes, 3 ainda poderão ser encaminhados para celebração de convênio após as eleições por dependerem de aprovação de crédito suplementar pelo Congresso Nacional. O valor total de recursos repassados pela União para as Casas Abrigo é de R\$ 406.696,00. Maiores informações pelo telefone (061) 218-3150 ou 224-3105).

CFEMEA - Centro Feminista de Estudos e Assessoria
SCN Qd. 06 Bl. A S/602 - Ed. Venâncio 3000
70718-900 - Brasília - DF

Fêmea
IMPRESSO